

Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Fontes sobre arquivos, bibliotecas e museus na Primeira República

Ministry of Justice and Internal Affairs Fund: sources on archives, libraries and museums in the First Republic / Fondo del Ministerio de Justicia e Interior: fuentes sobre archivos, bibliotecas y museos de la Primera República

Luciane Simões Medeiros

Mestra em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Técnica em documentação I no Arquivo Nacional, Brasil.

luciane.medeiros@gestao.an.gov.br

RESUMO

A documentação produzida e recebida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores compõe um acervo que contém valiosas fontes para se pesquisar os arquivos, bibliotecas e museus em sua relação com o Estado brasileiro no período da Primeira República. O artigo aborda a formação do fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, custodiado pelo Arquivo Nacional, e suas possibilidades de pesquisa.

Palavras-chave: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional; fundo arquivístico; Primeira República.

ABSTRACT

The documentation produced and received by the Ministry of Justice and Internal Affairs comprises a collection that contains valuable sources for researching archives, libraries and museums in their relationship with the Brazilian State during the First Republic. This article discusses the formation of the Ministry of Justice and Internal Affairs fund, held by the Arquivo Nacional [Brazil's National Archives], and its research possibilities.

Keywords: Ministry of Justice and Internal Affairs; Arquivo Nacional; archival fund; First Republic.

RESUMEN

La documentación producida y recibida por el Ministerio de Justicia y del Interior compone un acervo que contiene fuentes valiosas para la investigación de archivos, bibliotecas y museos en su relación con el Estado brasileño durante el período de la Primera República. El artículo aborda la formación del fondo del Ministerio de Justicia y del Interior, en poder del Arquivo Nacional [Archivo Nacional de Brasil], y sus posibilidades de investigación.

Palabras clave: Ministerio de Justicia y del Interior; Arquivo Nacional; fondo de archivo; Primera República.

Arquivos, biblioteca e museus são instituições que remontam à Antiguidade e que, com o advento do Iluminismo no século XVIII, passaram a cumprir o papel de mediadoras e difusoras do conhecimento (Varela; Barbosa, 2013, p. 341).

Se ao longo da formação colonial brasileira houve um franco desestímulo da coroa portuguesa em relação à circulação de livros e à instalação de tipografias, por exemplo, com a transferência da corte e a consequente criação e consolidação do Estado brasileiro, houve um acionamento de tais instituições com vistas à construção da nacionalidade.¹ Nessa conjuntura, foram criados o Museu Nacional, em 1818, o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. A Biblioteca Nacional carrega consigo a particularidade de ser uma instituição cultural anterior ao Estado brasileiro, visto que chegou ao Brasil como livraria dos reis de Portugal, em 1810, sob responsabilidade da mordomia-mor. Por fim, destacamos a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, estreitamente ligado à construção de uma memória nacional. Instituições afins que, na trajetória do Estado brasileiro, percorrem caminhos que ora se aproximam, ora se afastam.

A Proclamação da República foi um desses momentos em que tentou-se reunir as instituições culturais existentes sob uma pasta de ampla atuação – o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Como é sabido, a República ensejou mudanças na administração pública que implicaram na reformulação das pastas ministeriais. Com a publicação do decreto n. 23 de 1891, as matérias da administração federal passaram a ser distribuídas entre os ministérios da Fazenda, da Justiça e Negócios Interiores, da Indústria, Viação e Obras Públicas, das Relações Exteriores, da Guerra e da Marinha (Brasil, 1891).

O recém-criado Ministério da Justiça e Negócios Interiores ligava-se historicamente às atividades desempenhadas anteriormente pela Secretaria de Estado do Brasil (1808), pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça do Ministério do Reino (1817), e pelo Ministério da Justiça do Império.

No arranjo republicano, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) possuía um amplo espectro de atuação. Era responsável pelos serviços relativos à administração do Distrito Federal e da Justiça Federal, à polícia do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros, à Guarda Nacional no Distrito Federal e nos estados da união, à catequese dos povos indígenas e a “tudo o que for concernente ao desenvolvimento das ciências, letras e artes, à instrução, à

¹ Ver Guimarães (2011) para a relação entre historiografia, nacionalismo e o IHGB; Schwarcz (1993) para a relação entre raça, ciência e os institutos históricos e museus; Costa (2000) para o Arquivo e Caldeira (2017) para a Biblioteca Nacional no Império.

educação” (Brasil, 1891). Por fim, vinculavam-se ao MJNI, ainda, o território federal do Acre, o Ministério Público Federal e o Ministério Público da Justiça do Distrito Federal.

Para dar conta de tais atribuições, contava com uma estrutura organizacional e dispunha de gabinete, consultor geral, onze conselhos que se distribuíam entre administração, assistência e proteção aos menores, assistência hospitalar, instrução superior da capital federal, instrução primária e secundária, estabelecimento de assistência à infância desvalida, de ensino, penitenciário do Distrito Federal, de belas artes e higiene e saúde pública do Brasil. Havia ainda cinco diretorias – de justiça, instrução, contabilidade, interior e sanitária da capital federal – e duas diretorias gerais, de estatística e de saúde pública (Camargo, 2015, p. 13).

A amplitude das matérias do MJNI espelhava-se nas instituições subordinadas – quarenta e duas no total. No que se refere ao campo das letras, artes, instrução e educação, destacamos o Arquivo Público Nacional, a Biblioteca Nacional, Casa de Rui Barbosa, Colégio Pedro II, Conservatório Dramático, Escola Nacional de Belas Artes, Escolas Normal e Politécnica, as Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Música, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional e Universidade do Rio de Janeiro.

A documentação produzida e recebida pelo MJNI durante o período em que vigorou – 1891 a 1930 – foi recolhida ao Arquivo Nacional em diferentes momentos. A descrição do fundo na base de dados da instituição indica dois recolhimentos da documentação no século XIX – o primeiro em 1842 e o segundo em 1870 – pelo Ministério do Império. O terceiro se deu já como Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 1901. Em seguida, ocorreram novas levadas em 1948 e ao longo da década de 1960.

O fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, custodiado pelo Arquivo Nacional em sua sede no Rio de Janeiro, compreende cerca de 1.235 metros lineares de documentos textuais e 679 de documentos cartográficos, produzidos e recebidos entre 1808 e 1959.

É bem sabido que para pesquisar em arquivos é fundamental conhecer a organização das instituições e do Estado. Para navegar, contudo, pelo acervo do MJNI importa conhecer também a história arquivística do conjunto documental. Isto porque, além de o Arquivo Nacional ser uma instituição com quase dois séculos de existência, deve-se ter em conta que o processamento técnico está igualmente inscrito em seu tempo, ou seja, que o “arquivamento é um regime de práticas variável conforme a época e o lugar” (Ketelaar, 2018, p. 199).

Assim, um primeiro aspecto a ser considerado é que há documentos referentes às atividades do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em acervos relacionados, como os fundos Ministério da Justiça (código de referência BR DFANBSB 4V), as Séries Interior – Administração (BR RJANRIO A1), Série Justiça – Administração (BR RJANRIO AF) e no conjunto Diversos GIFI – Caixas e Códices (BR RJANRIO OI).

Para compreender tais relações e tentar traçar algumas linhas para guiar o pesquisador, destacamos dois momentos do processamento técnico que influenciaram na configuração do acervo: o primeiro, na década de 1960, quando da atuação de Henri Boullier de Branche² no Arquivo Nacional; e o segundo, na década de 1980, por ocasião da implementação do projeto do Grupo de Identificação dos Fundos Internos.

Em 1959, Brasil e França assinaram um acordo de cooperação técnico-administrativa que previa, entre outros pontos, o treinamento por técnicos franceses aos servidores públicos federais brasileiros (Marques, 2020, p.70). Mediado por seu diretor, o historiador José Honório Rodrigues, e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), o Arquivo Nacional recebeu o arquivista francês Henri Boullier de Branche para realizar um estudo sobre a instituição, que deveria subsidiar o projeto de modernização capitaneado por Rodrigues.

Entre as principais contribuições de Boullier de Branche, além do relatório sobre o Arquivo,³ figuram a identificação e organização de diversos fundos, com a implementação de metodologias de arranjo e da noção de respeito aos fundos.⁴ Como resultado, as descrições foram sistematizadas em fichários.

No sistema de arranjo proposto pela metodologia do arquivista francês, estabeleceram-se as seguintes séries documentais: Justiça, Guerra, Marinha, Educação, Fazenda, Agricultura, Transporte, Comunicação, Indústria e Comércio, Relações Exteriores, Viação e Obras Públicas, Saúde e Interior. Deste índice de séries, destacamos a Série Educação, que está subdividida em oito subséries: gabinete do ministro, administração, ensinos superior, secundário, primário, técnico, observatório astronômico e cultura, belas artes, biblioteca e museus.

2 Henri Boullier de Branche (1907-1909) foi diretor do Arquivo de Sarthe, na França.

3 DE BRANCHE, Henri Boullier. Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1975 (Publicação Técnica, 21).

4 Diagnóstico sobre a aplicação do sistema de arranjo Boullier de Branche no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983.

A Série Educação – Cultura – Belas-Artes – Bibliotecas – Museus, código IE7, abarca documentos produzidos e recebidos entre 1824 e 1930, organizados por assunto, perfazendo um total de 11,3 metros lineares. Para consultar este acervo, é necessária a pesquisa nos fichários, localizados na Sala de Consultas do Arquivo Nacional. As fichas contêm descrições sumárias dos documentos, em que se recupera a instituição, o ministério ao qual se vincula, as datas-limite e os códigos das caixas. Há entradas para Conservatório Dramático, Conservatório de Música, Sociedade Literária do Rio de Janeiro, Instituto Histórico da Bahia, Imperial Conservatório Astronômico, Biblioteca Nacional, Museu Nacional, entre outras instituições culturais e educacionais. Através do sistema de fichas, foi possível recuperar, a título de exemplo, as entradas para a Biblioteca Nacional, para o período republicano (Quadro 1).

Quadro 1 – Resultados de busca por Biblioteca Nacional na Série Educação – Cultura – Belas-Artes – Bibliotecas – Museus, código IE7, no período de atuação do MJNI (1891-1930)

Biblioteca Nacional			
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Conteúdo	Datas	Código
1ª Seção	Biblioteca Nacional – ofícios do diretor	1893-1894	IE7 99
	Biblioteca Nacional – ofícios do diretor e relatório de 1895	1895-1896	IE7 100
	Biblioteca Nacional – ofícios e relatórios 1896, 1897 e 1898	1897-1899	IE7 101
	Biblioteca Nacional – ofícios do diretor e relatórios 1899 e etc.	1900-1902	IE7 102
	Biblioteca Nacional – ofícios e relatórios	1903-1906	IE7 103
2ª Seção	Biblioteca Nacional – processos e ofícios do diretor	1909-1910	IE7 104
	Biblioteca Nacional – processos e ofícios do diretor	1916-1917	IE7 105
	Biblioteca Nacional – processos e ofícios do diretor	1919	IE7 106

Fonte: elaborado pela autora

A Série Interior era originalmente compreendida por quinze subséries, entre as quais figurava uma referente ao Arquivo Nacional. Essa documentação, entretanto, foi integrada ao fundo institucional e encontra-se descrita e disponível para consulta através da base de dados Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian).

Outra possibilidade de pesquisa que abarca documentos referentes à atuação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores é o fundo Diversos – GIFI Caixas e Códices, código BR ANRJRIO OI, que é um produto decorrente do trabalho do Grupo de Identificação de Fundos Internos, projeto desenvolvido na década de 1980. Essa documentação tem como instrumento de pesquisa um inventário, disponível em versão impressa na Sala de Consultas do Arquivo Nacional. O instrumento contém organogramas dos ministérios, atribuições e notação das unidades de arquivamento. Atualmente, esse material está passando por revisão técnica e por uma nova sistematização, visando otimizar a recuperação da informação, projeto desenvolvido pela Divisão de Documentos do Executivo e Legislativo da instituição.

A documentação produzida e recebida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores compõe um acervo que contém valiosas fontes para se pesquisar os arquivos, bibliotecas e museus em sua relação com o Estado brasileiro no período da Primeira República. O acervo apresenta-se como uma das tramas na rede por onde se encontram essas instituições ao longo de dois séculos de história no Brasil.

Este artigo foi viabilizado pela contribuição técnica da arquivista Scheila Moreira Cechetti, chefe da Divisão de Documentos do Executivo e Legislativo, da Coordenação de Documentos Escritos, Arquivo Nacional.

Referências

- BRASIL. Decreto n. 23, de 30 de outubro de 1891. Reorganiza os serviços da administração federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: EdiPUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.
- CAMARGO, Angélica Ricci. *Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/images/publicacoes/CadernoMAPA11/CadernoMAPA11/assets/basic-html/page-4.html#>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- COSTA, Célia Maria Leite. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do estado brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – Programa de História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- KETELAAR, Eric. (Des)construir os arquivos. In: HEYMANN, Luciana Quillet; NEDEL, Leticia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 193-206.
- MARQUES, A. A. da C. Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues: dos Archives de Sarthe para o Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 68-84, 2020. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1599>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu Barbosa. Bibliotecas, arquivos e museus: agentes da universalização do conhecimento. In: DUARTE, Zeny. *Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil*. Salvador: Edufba, 2013. p. 339-374.